

Paulo Lôbo

Direito Civil

Parte Geral

volume 1

13ª edição

2024

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC
sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin

Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos

Gerência de produção e projetos Fernando Penteado

Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César

Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza

Dalila Costa de Oliveira

Edição Estevão Bula Gonçalves

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)

Camilla Felix Cianelli

Chaves Lais Soriano

Rosana Peroni Fazolari

Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves Carvalho

Emily Larissa Ferreira da Silva

Kelli Priscila Pinto

Diagramação Mônica Landi

Revisão Juliana Bormio

Capa Deborah Mattos

Produção gráfica Mari Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Ricargraf

obra completa 978-85-5362-315-0

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
(CIP) VAGNER RODOLFO DA SILVA –CRB-8/9410**

L799d Lobo, Paulo Luiz Neto
Direito Civil – Volume 1 – Parte Geral / Paulo
Luiz Neto Lobo. – 13. ed. – São Paulo :
SaraivaJur, 2024. 376 p.
ISBN: 978-85-5362-315-0
1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.
CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347

2. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 6-11-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA [15794] CL [608824] CAE [842414]

SUMÁRIO

Apresentação	XV
Introdução	1
I – Conteúdo do Direito Civil Contemporâneo	1
a) Conceito e Dimensão do Direito Civil	1
b) Matérias que Integram o Direito Civil Brasileiro Atual.	2
c) O Direito Civil no Contexto do Direito Privado	5
d) A Função da Codificação Civil	11
e) O Direito Civil Brasileiro no Sistema Jurídico Romano-Germânico.	15
f) O Direito Civil em Outros Grandes Sistemas Jurídicos.	17
g) Origem e Função da Parte Geral	19
h) Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	21
i) Direito civil e as Novas Tecnologias.	23
II – Evolução do Direito Civil Brasileiro	25
j) O Direito Civil no Brasil Colônia	25
l) O Direito Civil no Império	27
m) O Direito Civil após a República.	30
n) Direito Civil e Constituição	35
 CAPÍTULO I	
Pessoa Física	39
1.1. Conceito de Pessoa	39
1.2. Sujeito de Direito e Entes Não Personalizados.	43
1.3. Nascituro.	46
1.4. Início da Pessoa Física	50
1.5. Registro Civil da Pessoa Física.	51
1.6. Nome da Pessoa Física	57

CAPÍTULO II

Capacidade civil da Pessoa Física	62
2.1. Capacidade Jurídica	62
2.2. Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência.	63
2.3. Capacidade de Agir	68
2.4. Absolutamente Incapaz	69
2.5. Relativamente Incapazes	70
2.6. Capacidade Relativa do Índio	73
2.7. Maioridade	74
2.8. Emancipação	75
2.9. ● outros Modos de Cessação da Incapacidade Civil	76
2.10. Domicílio Físico e Eletrônico e Residência	79

CAPÍTULO III

Morte e Ausência da Pessoa Física	83
3.1. Morte da Pessoa Física.	83
3.2. Ausência da Pessoa Física e Sucessão	87

CAPÍTULO IV

Direitos da Personalidade	91
4.1. Noção e Características dos Direitos da Personalidade	91
4.2. Tipicidade dos Direitos da Personalidade	94
4.2.1. Direito à vida	95
4.2.2. Direito geral à liberdade	96
4.2.3. Direito à integridade física e psíquica	97
4.2.4. Direito à privacidade	99
4.2.5. Direito à intimidade e à vida privada	100
4.2.6. Direito ao sigilo.	102
4.2.7. Direito à imagem	103
4.2.8. Direito à honra	104
4.2.9. Direito à identidade pessoal	105
4.3. Dados Pessoais.	107
4.4. Liberdade de Expressão e Direito de Resposta e Retratação.	110
4.5. Direito ao Esquecimento	113

CAPÍTULO V

Pessoa Jurídica	116
5.1. Conceito e Abrangência da Pessoa Jurídica	116
5.2. Funções e Teorias sobre a Pessoa Jurídica	121

5.3.	Elementos da Pessoa Jurídica	123
5.4.	Atos Constitutivos e Efeitos do Registro da Pessoa Jurídica	124
5.5.	Órgãos da Pessoa Jurídica	126
5.6.	Desconsideração da Personalidade Jurídica	128
5.7.	Entidades Não Personificadas	133
5.8.	Extinção das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	137
5.9.	Domicílio das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	137
5.10.	Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica	138

CAPÍTULO VI

Espécies de Pessoas Jurídicas Civas		140
6.1.	Associações Civas	140
6.1.1.	Direito de ser associado	142
6.1.2.	Categorias de associados	143
6.1.3.	Direitos e deveres dos associados entre si e em face da associação	144
6.1.4.	Igualdade de direitos dos associados	146
6.1.5.	Direito à restituição das contribuições patrimoniais	147
6.1.6.	Direito à quota do patrimônio da associação	148
6.1.7.	Desligamento e exclusão de associado	149
6.1.8.	Órgãos da associação	150
6.1.9.	Extinção da associação	150
6.2.	Fundações de Direito Privado	151
6.3.	Organizações Religiosas	155

CAPÍTULO VII

Bens e Coisas		157
7.1.	Conceito de Bens e Coisas	157
7.2.	Patrimônio	160
7.3.	Bens Imóveis	162
7.4.	Bens Móveis	165
7.4.1.	Situação jurídica dos animais	167
7.5.	Bens Fungíveis	169
7.6.	Bens Consumíveis	170
7.7.	Bens Divisíveis	170
7.8.	Bens Singulares e Coletivos	171
7.9.	Bens Principais e Acessórios	173
7.10.	Pertenças	174
7.11.	Benfeitorias	176
7.12.	Bens Públicos	177

CAPÍTULO VIII

Fatos Jurídicos Cíveis	181
8.1. Conceito de Fato Jurídico	181
8.2. Do Suporte Fático ao Fato Jurídico	182
8.3. Planos do Mundo do Direito	186
8.4. Classificação dos Fatos Jurídicos	190
8.5. Fatos Jurídicos em Sentido Estrito	192
8.6. Atos-Fatos Jurídicos	193
8.7. Atos Jurídicos em Sentido Amplo	195
8.8. Atos Jurídicos Lícitos	198

CAPÍTULO IX

Negócio Jurídico	201
9.1. Conceito e Elementos do Negócio Jurídico	201
9.2. Negócios Jurídicos Unilaterais, Bilaterais e Plurilaterais	206
9.3. Outras Espécies de Negócios Jurídicos	208
9.4. Requisitos de Validade do Negócio Jurídico	211
9.4.1. Capacidade do agente	211
9.4.2. Licitude, possibilidade e determinação do objeto	212
9.4.3. Forma	214
9.5. Exteriorização da Vontade e Interpretação do Negócio Jurídico	215
9.6. Representação	220
9.6.1. Representação legal	224
9.6.2. Representação convencional	225
9.6.3. Representante	227
9.7. Condição no Negócio Jurídico	229
9.8. Termo e Prazo do Negócio Jurídico	232
9.9. Encargo no Negócio Jurídico	235

CAPÍTULO X

Defeitos dos Negócios Jurídicos	237
10.1. Espécies de Defeitos	237
10.2. Erro Substancial	238
10.3. Dolo	242
10.4. Coação	245
10.5. Lesão	248
10.6. Estado de Perigo	252
10.7. Fraude contra Credores	253

CAPÍTULO XI

Invalidade dos Negócios Jurídicos	258
11.1. Plano da Invalidade	258
11.2. Características Convergentes e Divergentes da Nulidade e da Anulabilidade.	261
11.3. Hipóteses de Nulidade	264
11.3.1. Ilícitude do objeto ou do motivo determinante.	264
11.3.2. Impossibilidade do objeto.	265
11.3.3. Indeterminação do objeto	267
11.3.4. Incapacidade absoluta	267
11.3.5. Forma prescrita em lei.	268
11.3.6. Preterição de solenidade	268
11.3.7. Fraude à lei imperativa	269
11.3.8. Declaração taxativa em lei.	270
11.4. Simulação	270
11.5. Conversão do Negócio Jurídico Nulo	274
11.6. Anulabilidade	276
11.7. Prazos de Decadência para a Anulabilidade.	279
11.8. Conservação do Negócio Jurídico Inválido	280

CAPÍTULO XII

Ilícitos Civis	283
12.1. Ilícitos Civis em Geral	283
12.2. Sanções ou Penas Civis	285
12.3. Espécies de Ilícitos Civis	287
12.4. Ato Ilícito	289
12.4.1. Ato ilícito e contrariedade a direito	290
12.4.2. Ato ilícito e imputabilidade	291
12.4.3. A culpa como requisito do ato ilícito.	292
12.5. Pré-Exclusão de Ilícitude.	295
12.6. Ilícitude por Abuso do Direito.	297

CAPÍTULO

Prescrição e Decadência.	302
13.1. O Tempo e o Exercício do Direito.	302
13.2. Prescrição	305
13.3. Interrupção e Suspensão da Prescrição.	310
13.3.1. Causas de interrupção da prescrição	312
13.3.2. Causas de suspensão da prescrição	314

13.4.	Prazos da Prescrição	315
13.5.	Decadência	320
13.6.	Tempo e Boa-fé: <i>Supressio e Surrectio</i>	323

CAPÍTULO XIV

Prova dos Fatos Jurídicos Cíveis	325	
14.1.	Conteúdo e Espécies	325
14.2.	Confissão	328
14.3.	Documento	330
14.4.	Escritura Pública	335
14.5.	Documento Eletrônico	336
14.6.	Testemunho	338
14.7.	Perícia	342
Referências	345	

Paulo Lôbo

Direito Civil

Famílias
volume 5

13ª edição

2023

saraiva  jur



saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

obra completa: 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

L799d Lóbo, Paulo
Direito Civil : Famílias v.5 / Paulo Lôbo. – 13.
ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2023.
488 p.
ISBN: 978-65-5362-824-3 (impresso)
1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.
2022-2969 CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

1228403

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteadó

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Estevão Bula Gonçalves

Design e Produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Flavio Teixeira Quarazemin
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Data de fechamento da edição: 12-10-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 15700 CL 600075 CAE 018321

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Cássia Souto
Revisão Magda Carlos
Capa Deborah Mattos
Adaptação de capa Lais Soriano
Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

SUMÁRIO

Apresentação	15
CAPÍTULO I	
Família Brasileira: Origens e Dimensões Jurídicas.	17
1.1. Introdução.	17
1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas	19
1.3. Repersonalização das Relações de Família.	22
1.4. Socioafetividade e Parentalidade.	26
1.5. Constitucionalização das Famílias e de seus Fundamentos Jurídicos. . .	33
CAPÍTULO II	
Direito de Família.	36
2.1. Conteúdo e Abrangência	36
2.2. Direitos da Criança, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência	38
2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro	41
2.4. Direito Público ou Privado?	45
2.5. Tipos de Famílias segundo os Fins Legais.	47
2.6. Interação com o Direito das Sucessões	48
2.7. Interferências dos Outros Ramos do Direito Civil	49
2.8. Tutela da Privacidade e a Mediação Familiar	50
2.9. Direito de Família Intertemporal	52
2.10. Direito de Família e Laicidade	55
CAPÍTULO III	
Princípios do Direito de Família.	57
3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família.	57
3.2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Família.	59
3.3. Princípio da Solidariedade Familiar	61
3.4. Princípio da Igualdade Familiar, Democratização e Direito à Diferença	63

3.4.1.	Democratização da família	66
3.4.2.	Direito das mulheres e patriarcalismo.	67
3.4.3.	Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro	70
3.5.	Princípio da Liberdade Familiar	71
3.6.	Princípio da Responsabilidade Familiar	73
3.7.	Princípio da Afetividade.	76
3.8.	Princípio da Convivência Familiar	79
3.9.	Princípio do Melhor Interesse da Criança.	81

CAPÍTULO IV

Entidades Familiares. **84**

4.1.	Pluralismo das Entidades Familiares e dos Âmbitos da Família.	84
4.2.	Da Demarcação Jurídico-Constitucional das Entidades Familiares.	87
4.3.	Das Normas Constitucionais de Inclusão.	88
4.4.	Do Melhor Interesse das Pessoas Humanas que Integram as Entidades Familiares.	90
4.5.	Família Monoparental	90
4.6.	União Homoafetiva	92
4.7.	Famílias Recompostas	96

CAPÍTULO V

Casamento **100**

5.1.	Validade e Eficácia do Casamento	100
5.2.	Casamento Religioso	103
5.3.	A Idade Núbil ou a Capacidade para Casar	106
5.4.	Impedimentos Matrimoniais em Geral	108
5.5.	Tipos de Impedimentos Matrimoniais	111
5.6.	Causas Suspensivas do Casamento	113
5.7.	Habilitação para o Casamento	115
5.8.	Celebração e Registro do Casamento	117
5.9.	Casamentos em Situações Extremas	120
5.10.	Prova do Casamento e Posse do Estado de Casado	121
5.11.	Casamento no Estrangeiro	122

CAPÍTULO VI

Invalidez do Casamento **125**

6.1.	Peculiaridades e Espécies de Invalidez do Casamento.	125
6.2.	Nulidade do Casamento	126
6.3.	Anulabilidade do Casamento.	129

6.4.	Erro Essencial sobre a Pessoa do Outro Cônjuge	132
6.5.	Prazos Decadenciais para Anulação do Casamento.	135
6.6.	Casamento Putativo.	137

CAPÍTULO VII

Eficácia do Casamento 139

7.1.	Plano da Eficácia e Direção da Sociedade Conjugal	139
7.2.	Alteração ou Adoção de Sobrenome com o Casamento	141
7.3.	Deveres Comuns e Igualdade Conjugal	142
7.4.	Dever de Fidelidade Recíproca	144
7.5.	Dever de Respeito e Consideração Mútuos	146
7.6.	Dever de Vida em Comum, no Domicílio Conjugal	146
7.7.	Dever de Mútua Assistência	147
7.8.	Dever de Sustento, Guarda e Educação dos Filhos	148
7.9.	Descumprimento dos Deveres Conjugais.	149

CAPÍTULO VIII

Divórcio e Separação 151

8.1.	O Divórcio, seus Antecedentes e a Mudança Constitucional	151
8.2.	Extinção da Separação Judicial e de Causas ou Prazos para o Divórcio .	153
8.3.	Tipos de Divórcio no Direito Brasileiro Atual	156
8.4.	Critérios Comuns aos Divórcios Judiciais.	159
8.5.	Divórcio Consensual Extrajudicial.	161
8.6.	Efeitos do Divórcio. Partilha dos Bens Comuns	162
8.7.	Desconsideração da Personalidade Jurídica em Razão do Divórcio. . . .	164
8.8.	Efeitos Essenciais do Divórcio	166
8.9.	Consequências da Extinção da Separação Judicial	167
8.10.	Separação de Corpos e Separação de Fato.	169

CAPÍTULO IX

União Estável 172

9.1.	Origens e Características da União Estável	172
9.2.	Requisitos e Natureza da União Estável	176
9.3.	Namoro e União Estável	179
9.4.	Quando se Inicia a União Estável.	181
9.5.	Direitos e Deveres	183
9.6.	Regime de Bens	184
9.7.	Conversão da União Estável em Casamento.	188
9.8.	Extinção da União Estável e Suas Consequências.	190
9.9.	Unões Estáveis Paralelas	191

9.10.	Uniões Estáveis Putativas	195
9.11.	União Estável Concubinária.	196
CAPÍTULO X		
Convivência e Modalidades de Guarda dos Filhos		200
10.1.	Proteção dos Filhos como Direito à Convivência	200
10.2.	Direito à Convivência do Filho de Pais Separados	202
10.3.	Guarda Compartilhada	204
10.4.	Guarda Unilateral	210
10.5.	Direito de Visita na Guarda Unilateral.	213
10.6.	Coparentalidade e Guarda dos Filhos.	215
10.7.	Alienação Parental	216
CAPÍTULO XI		
Relações de Parentesco.		219
11.1.	Parentesco no Direito Brasileiro	219
11.2.	Origens e Modalidades do Parentesco	220
11.3.	Parentesco em Linha Reta	221
11.4.	Parentesco Colateral.	223
11.5.	Graus de Parentesco e sua Contagem.	225
11.6.	Parentesco por Afinidade	227
CAPÍTULO XII		
Direito de Filiação		230
12.1.	Conceito de Filiação	230
12.2.	Igualdade da Filiação	231
12.3.	Direito ao Planejamento Familiar.	232
12.4.	Modos e Presunções Legais de Concepção dos Filhos.	233
12.5.	Inseminação Artificial Homóloga.	236
	12.5.1. Gestação por substituição.	238
12.6.	Inseminação Artificial Heteróloga	241
12.7.	As Presunções de Filiação na União Estável	243
12.8.	Filiação Socioafetiva ou Não Biológica.	244
	12.8.1. Direito ao conhecimento da origem genética	247
	12.8.2. Parto anônimo.	248
12.9.	Prova da Filiação	249
12.10.	Validade e Eficácia do Registro de Nascimento	251
12.11.	Posse de Estado de Filiação	254
12.12.	Ação de Prova da Filiação.	256
12.13.	Multiparentalidade e Filiação.	258
	12.13.1. Tese do STF de Repercussão Geral – Tema 622	260

CAPÍTULO XIII	
Dúvidas e Impugnação da Filiação	268
13.1. Novas Núpcias da Mulher	268
13.2. Impotência para Gerar	270
13.3. Presunção de Paternidade e o Adultério da Mãe	271
13.4. Impugnação da Paternidade pelo Marido da Mãe	272
13.5. Reconfiguração da Presunção <i>Pater Is Est</i>	275
13.6. Impugnação da Maternidade pela Suposta Mãe	276
CAPÍTULO XIV	
Reconhecimento Voluntário ou Judicial de Filho	278
14.1. Direito ao Reconhecimento Voluntário de Filho	278
14.2. Natureza do Reconhecimento de Filho	280
14.3. Modalidades de Reconhecimento Voluntário	281
14.4. Irrevogabilidade e Incondicionalidade do Reconhecimento	284
14.5. Direito do Filho a Residir com o Genitor que o Reconheceu	286
14.6. Guarda do Filho Reconhecido	287
14.7. Investigação da Paternidade e da Maternidade	287
14.8. Consentimento e Impugnação do Reconhecimento pelo Filho.	291
CAPÍTULO XV	
Adoção.	295
15.1. Características, Evolução e Fundamentos Constitucionais	295
15.1.1. Evolução da adoção no direito	298
15.2. Legitimados a Adotar	301
15.3. Estágio de Convivência	303
15.4. Consentimento para Adoção e Hipóteses de sua Dispensa. Entrega pela Gestante para Adoção	304
15.5. Adoção por Duas Pessoas. Adoção Póstuma	307
15.6. Adoção de Maiores de 18 Anos	308
15.7. Requisitos do Processo Judicial da Adoção	309
15.7.1. Adoção consentida (<i>Intuitu Personae</i>)	312
15.8. Efeitos da Adoção	313
15.9. Adoção Internacional	316
15.10. Adoção <i>à brasileira</i>	318
CAPÍTULO XVI	
Autoridade Parental (Poder Familiar).	322
16.1. Transformação do Pátrio Poder na Autoridade Parental	322
16.2. Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.	326

16.3.	Os Pais como Únicos Titulares da Autoridade Parental	327
16.4.	Titularidade da Autoridade Parental pelos Pais Separados.	329
16.5.	Exercício da Autoridade Parental	329
16.6.	Suspensão e Extinção da Autoridade Parental ou Poder Familiar	333
16.6.1.	Hipóteses de suspensão da autoridade parental ou poder familiar	334
16.6.2.	Perda da autoridade parental ou poder familiar	336
16.7.	Abandono Afetivo do Filho	339
16.8.	Responsabilidade Civil dos Pais	342
16.9.	Representação, Assistência e Curatela dos Filhos	343
16.10.	Administração e Usufruto dos Bens dos Filhos.	345

CAPÍTULO XVII

Regime Matrimonial de Bens.	349	
17.1.	Liberdade de Convenção e Mudança de Regime	349
17.2.	Regime Legal Dispositivo.	354
17.3.	Regime Legal Obrigatório	355
17.4.	Efeitos Comuns entre os Cônjuges, em Qualquer Regime de Bens.	358
17.5.	Atos Proibidos ao Cônjuge sem Autorização do Outro.	362
17.6.	Responsabilidade Civil do Cônjuge pela Má Gestão dos Bens Comuns e Privativos.	365
17.7.	Pacto Antenupcial	368
17.8.	Regime de Bens no Casamento com Estrangeiro	373
17.9.	Usucapião entre Ex-Cônjuges ou Ex-Companheiros	374
17.10.	Direito Intertemporal dos Regimes de Bens	375

CAPÍTULO XVIII

Regime de Comunhão Parcial	377	
18.1.	Bens Comuns e Bens Particulares.	377
18.2.	Bens que Entram na Comunhão	378
18.3.	Bens, Valores e Obrigações Excluídos da Comunhão	379
18.4.	Exclusão por Causa de Aquisição Anterior ao Casamento	382
18.5.	Bens Móveis.	383
18.6.	Administração dos Bens Comuns e Responsabilidade pelas Dívidas.	384
18.7.	Administração dos Bens Particulares e Dívidas Respectivas	386

CAPÍTULO XIX

Regimes de Bens Matrimoniais Facultativos	387	
19.1.	Regime de Comunhão Universal	387
19.2.	Regime de Separação de Bens.	391
19.3.	Regime de Participação Final nos Aquestos	394

19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge.	396
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	397
19.3.3. Dívidas dos cônjuges	401
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	403
19.3.5. Outros efeitos do regime de participação final nos aquestos	404
CAPÍTULO XX	
Alimentos	406
20.1. Natureza, Características e Fundamentos	406
20.1.1. Transação, conciliação e compensação	410
20.1.2. Renúncia aos alimentos	411
20.2. Requisitos de Necessidade, Possibilidade e Razoabilidade	412
20.3. Obrigação Solidária ou Subsidiária?	414
20.4. Titulares dos Alimentos ou Alimentandos	415
20.4.1. Ex-cônjuges e ex-companheiros	419
20.4.2. Alimentos gravídicos	420
20.5. Devedores dos Alimentos ou Alimentantes.	421
20.6. O Fator Culpa na Atribuição dos Alimentos	423
20.7. Fixação dos Alimentos	424
20.7.1. Alimentos provisionais e alimentos transitórios	428
20.8. Atualização e Revisão dos Alimentos	429
20.9. Extinção.	431
20.10. Prisão Civil do Devedor.	434
20.11. Compensação Econômica (Alimentos Compensatórios)	437
CAPÍTULO XXI	
Bem de Família	440
21.1. Conceito, Evolução e Tipos	440
21.2. Objeto do Bem de Família Legal	442
21.3. Bens e Dívidas Excluídos do Bem de Família Legal	445
21.4. Beneficiários do Bem de Família Legal.	448
21.5. Fraude contra Credores e Desconsideração da Pessoa Jurídica	448
21.6. Instituição de Bem de Família Voluntário	449
21.7. Objeto do Bem de Família Voluntário	451
21.8. Beneficiários do Bem de Família Voluntário.	453
21.9. Exclusões da Impenhorabilidade e Proibições no Bem de Família Voluntário	454
21.10. Extinção do Bem de Família Voluntário.	455
CAPÍTULO XXII	
Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	457
22.1. Finalidades e Distinções.	457

22.2.	Escolha e Nomeação do Tutor	458
22.3.	Incapacidade de Exercício e Escusa da Tutela	461
22.4.	Exercício da Tutela.	463
22.5.	Prestação de Contas pelo Tutor	465
22.6.	Extinção da Tutela	466
22.7.	Curatela.	467
22.8.	Tomada de Decisão Apoiada	472